

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.676 - SP (2019/0355321-0)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
SUSCITANTE : **GOLDFARB INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OUTRO(S)**
ADVOGADOS : **EDUARDO LUIZ BROCK - SP091311**
FABIO RIVELLI E OUTRO(S) - SP297608
YUN KI LEE - RJ165219
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE VALPARAÍSO DE GOIÁS - GO**
INTERES. : **FABRICIO OLIVEIRA CARDOSO**

DESPACHO

Vistos etc.

Trata-se de conflito de competência, com pedido liminar, suscitado por GOLDFARB INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES S/A, em recuperação judicial, E OUTROS, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP, no qual tramitam os autos da recuperação judicial, e do JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE VALPARAÍSO DE GOIÁS - GO, no qual tramita demanda movida por FABRICIO OLIVEIRA CARDOSO.

Nos termos do art. 953, parágrafo único, do CPC/2015, para o deslinde da controvérsia posta, é necessária a devida instrução do conflito de competência, com a juntada de peças indispensáveis, como o inteiro teor das decisões proferidas pelos juízos suscitados, além do andamento processual atualizado do processo de recuperação judicial.

Não obstante a argumentação posta na inicial, não há nos autos cópia da decisão do juízo da recuperação judicial, nem do respectivo andamento processual (art. 953, § único, do CPC). Trata-se de peças fundamentais para demonstrar a existência do conflito de competência e a necessidade de eventual concessão da medida liminar.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, intime-se a suscitante, com urgência, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, encaminhe cópias legíveis das referidas peças, além de outras que considere necessárias para o deslinde da questão, sob pena de indeferimento liminar do incidente, nos termos do art. 321, *caput* e parágrafo único, do Código de Processo Civil/2015.

Após, retornem os autos conclusos para apreciação do pedido liminar.

À Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito Privado.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

